

Designação	DPMAS	Distritos												Total
		Matola	Boane	Matutuine	Marracuene	Moamba	Manhiça	Namaacha	Magude	Infantário	C.I.Mat	C.A.V	C.I.F. paz	
Carreira de regime específica:														
Técnico profissional de acção social	6	1	1	1	1	1	1	1	1	–	–	–	–	14
Técnico profissional de educação de infância	4	–	–	–	–	–	–	–	–	–	2	–	1	7
Agente de acção social	10	1	1	1	1	1	1	1	1	1	–	–	–	19
Agente de educação de infância	8	–	–	–	1	–	1	–	–	1	1	–	1	13
Auxiliar técnico de acção social	11	1	1	1	1	1	1	1	1	1	–	–	–	20
Auxiliar técnico de educação de infância	2	–	–	–	–	–	–	–	–	5	10	–	7	24
Subtotal	41	3	3	3	4	3	4	3	3	8	13	–	9	97
Carreira de regime geral:														
Técnico profissional	4	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	4
Técnico profissional em administração pública ..	10	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	10
Técnico	4	–	1	–	–	1	–	1	–	1	1	–	1	10
Assistente técnico	4	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	–	1	15
Agente técnico	2	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	2
Auxiliar administrativo	4	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	–	1	15
Operário	4	–	–	–	–	–	–	–	–	1	–	–	–	5
Agente de Serviço	6	1	1	1	1	1	1	1	1	12	4	–	4	34
Auxiliar	3	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	–	1	15
Subtotal	41	4	5	4	4	5	4	5	4	18	8	–	8	110
Carreira de regime especial não diferenciado:														
Inspeção técnica	5	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	5
Subtotal	5	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1	–	5
Total geral	117	10	11	10	11	11	11	11	10	28	22	–	18	271

MINISTÉRIOS DA EDUCAÇÃO E CULTURA E DAS FINANÇAS

Diploma Ministerial n.º 7/2007

de 24 de Janeiro

O Plano Estratégico do Ensino Superior 2000–2010 estabelece a expansão das oportunidades de acesso ao ensino superior em harmonia com as necessidades crescentes do mercado de trabalho e da sociedade, de modo a que mais cidadãos moçambicanos possam adquirir e desenvolver conhecimentos e capacidades necessários a um rápido desenvolvimento económico e social.

É neste contexto que foram criados os Institutos Superiores Politécnicos de Gaza, Manica e Tete no sector público.

Havendo necessidade de fixar as propinas a serem pagas pelos estudantes dos Institutos Superiores Politécnicos de Gaza, Manica e Tete, no uso das competências que lhes são conferidas, ao abrigo da alínea c) do n.º 3 do Decreto Presidencial n.º 18/2005, de 27 de Abril, e alínea a) do n.º 1 do artigo 3 do Decreto Presidencial n.º 22/2005, de 27 de Abril, o s Ministros da Educação e Cultura e das Finanças determinam:

Artigo 1 — 1. A propina anual a ser cobrada por cada estudante nos Institutos Superiores Politécnicos de Gaza, Manica e Tete é fixada em 19 200 000,00MT) (dezanove milhões e duzentos mil meticais), podendo ser actualizada em função do crescimento dos Institutos Superiores Politécnicos.

2. Para efeito deste diploma, entende-se que a propina é o valor que o estudante paga para a frequência regular de aulas teóricas e práticas e não inclui o pagamento de matrícula.

Art. 2. A propina pode ser paga numa única vez, em duas fracções semestrais ou em fracções mensais correspondentes a 12 meses.

Art. 3. Compete aos Ministros da Educação e Cultura e das Finanças actualizar a propina prevista neste Diploma Ministerial.

Art. 4. O presente Diploma entra imediatamente em vigor.

Maputo, 00 de Março de 2006. — O Ministro da Educação e Cultura, *Aires Bonifácio Baptista Ali*. — O Ministro das Finanças, *Manuel Chang*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Diploma Ministerial n.º 8/2007

de 24 de Janeiro

A classificação das espécies produtoras de madeira é um instrumento para a sua valorização, e por consequência a sua industrialização e exportação de produtos de maior valor acrescentado.

A procura de madeira no mercado internacional exige que algumas das espécies sejam reclassificadas, dada a sua raridade, valor comercial e científico.

Neste sentido, e ao abrigo da competência atribuída pelo n.º 2 do artigo 11 do Regulamento da Lei de Florestas e Fauna Bravia, aprovado pelo Decreto n.º 12/2002, de 6 de Junho, o Ministro da Agricultura determina:

Único. As espécies *Combretum imberbe* (**Mondzo**), *Swartzia madagascariensis* (**Pau Ferro**), integradas na Lista das Espécies Produtoras de Madeira preciosa, *Pericopsis angolensis* (**Muanga**) e *Colophospermum mopane* (**Chanato**), de 3.ª e 4.ª classe respectivamente, todas constantes no Anexo I ao Regulamento da Lei de Florestas e Fauna Bravia, são retiradas dessas listas e integradas na Lista das Espécies Produtoras de Madeira de 1.ª classe, igualmente constante no referido Anexo I.

Ministério da Agricultura, em Maputo, 20 de Dezembro de 2006. — O Ministro da Agricultura, *Tomás Frederico Mandlate*.

Despacho

1. No uso da faculdade que me é conferida pelo artigo 2 do Decreto n.º 12/81, de 25 de Julho, fixo as quotas máximas de exploração de madeiras preciosas para os operadores de licenças simples para o ano de 2007, distribuídas pelas províncias de ocorrência significativa das espécies.

Tabela de distribuição de quotas de espécies preciosas por província

Nome comercial	Nome científico	Província	Quantidades (m³)
Pau-preto	<i>Dalbergia melanoxylon</i>	Cabo Delgado	300ton
		Niassa	100ton
		Nampula	100ton
		Zambézia	100ton
		Manica	100ton
		Sofala	50ton
Sândalo	<i>Spirostachys africana</i>	Cabo Delgado	20ton
		Nampula	50ton
		Manica	200ton
		Sofala	100ton
		Inhambane	500ton
		Gaza	200ton
		Maputo	100ton

Nome comercial	Nome científico	Província	Quantidades (m³)
Tule	<i>Milicia excelsa</i>	Sofala	100ton
		Inhambane	200ton
		Gaza	70ton
Pau-rosa	<i>Berchemia zeyheri</i>	Nampula	100ton
		Manica	200ton
		Sofala	50ton
		Gaza	150ton
Ébano africano	<i>Diospyros mespiliformis</i>	Inhambane	100ton
		Gaza	50ton
Inhamarre	<i>Ekebergia capensis</i>	Gaza	100ton

2. O licenciamento para exploração das espécies acima referidas será efectuado de acordo com a legislação florestal vigente, pelas Direcções Provinciais de Agricultura.

Maputo, 26 de Dezembro de 2006. — O Ministro da Agricultura, *Tomás Frederico Mandlate*.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL

Despacho

Através do Decreto-Lei n.º 2/2005, de 3 de Maio, foram aprovados os procedimentos simplificados para a constituição, reconhecimento e registo das associações agro-pecuárias, passando o processo a realizar-se nos Governos Distritais e Postos Administrativos.

Foi já igualmente aprovado o Diploma Ministerial do Ministro da Agricultura contendo os formulários do requerimento-tipo e Estatuto-tipo.

Tornando-se necessário uniformizar os valores relativos à emissão da certidão de reconhecimento das associações agro-pecuárias pelos Governos Distritais e Postos Administrativos, nos termos do n.º 3 do artigo 8 do referido Decreto-Lei, o Ministro da Administração Estatal determina:

Único. A emissão da certidão de reconhecimento das associações agro-pecuárias pelos Governos Distritais e Postos Administrativos é feita mediante o pagamento de emolumentos no valor de 200,00 MT.

Maputo, 29 de Setembro de 2006. — O Ministro da Administração Estatal, *Lucas Chomera Jeremias*.